

Economia solidária, políticas públicas e universidade: notas sobre o caso de Campinas

Solidarity economy, public policies and university: Notes on Campinas' case study

Bárbara Castro
bacastro@gmail.com

Resumo

A proposta deste artigo é apresentar um estudo de caso sobre uma política pública de geração de trabalho e renda com foco no cooperativismo da Prefeitura Municipal de Campinas (SP), no período da gestão do PT (Partido dos Trabalhadores) (2001-2005). Pretende-se também apontar os principais problemas na implantação dessa política e as saídas encontradas pelos sujeitos envolvidos. O objetivo é evitar que se perca a memória da experiência realizada e para que ela possa, de fato, contribuir para a elaboração de políticas públicas futuras.

Palavras-chave: Políticas públicas, economia solidária, cooperativismo, incubadoras.

Abstract

This article will present a case study of a local government policy to generate employment and income through focusing on cooperatives in the city of Campinas (SP), during the term of the Workers' Party (PT - Partido dos Trabalhadores) between 2005 and 2009. The author aims to point out the main problems in the implementation of this policy and the solutions used to overcome these difficulties by those involved. It is hoped that this study helps to ensure that this experience isn't lost and can, in fact, contribute to public policy making in the future.

Keywords: Public policies, solidarity economy, cooperativism, incubators.

Introdução

O objetivo deste artigo é apresentar e discutir a política de geração de trabalho e renda da Prefeitura Municipal de Campinas (SP) focada no fomento às cooperativas populares. Trata-se do “Programa de Qualificação de Cooperativas Populares” (PQCP) e do “Projeto Campinas”, idealizados e postos em prática pela gestão do PT (Partido dos Trabalhadores) na cidade, entre os anos de 2001 e 2005. Eles tinham o objetivo de oferecer suporte técnico e de gestão para a formação de cooperativas a partir de convênios com instituições como a Anteag (Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão)¹, a Cáritas² e a Unicamp (Universidade Estadual de Campinas).

O recorte da minha pesquisa³ recaiu sobre o convênio da Prefeitura Municipal de Campinas com a Unicamp, que teve como um de seus desdobramentos a fundação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da universidade, em 2001. A ITCP/Unicamp não foi, no entanto, a incubadora de cooperativas pioneira do país. Ela seguiu o modelo de outras ITCP's existentes que tinham como objetivo auxiliar na criação e estruturação de cooperativas populares sob os princípios do que viria a ser nomeado de economia solidária.

Antes de entrarmos na história específica da criação da ITCP/Unicamp e dos desdobramentos que teve a política de geração de emprego e renda da Prefeitura Municipal de Campinas, faz-se necessário localizar histórica, econômica e politicamente a emergência da economia solidária e o processo de constituição das ITCP's no país. É somente a partir desse quadro que podemos compreender a iniciativa do poder público em incentivar o fomento ao cooperativismo.

Cooperativismo e economia solidária no Brasil

Apesar de as primeiras experiências de cooperativismo no Brasil datarem do final do século XIX⁴ (Silva *et al.*, 2003), foi na década de 1990 que elas cresceram em números e

¹ Foi fundada em 1994, com apoio do Dieese (Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos), após a experiência de autogestão da fábrica de sapatos Markely, de Franca. Tinha como base o modelo das ESOP's (Employee Stock Ownership Plans) norte-americanas, mas, depois, desenvolveu uma metodologia própria.

² Organismo da Igreja Católica que apoiou nos anos de 1980, por meio dos PACs (Projetos Alternativos Comunitários), a fundação de sindicatos e investimentos populares.

³ Os resultados e reflexões apresentados neste artigo são fruto de pesquisa de iniciação científica, realizada entre junho de 2004 e dezembro de 2005, com financiamento da Fapesp.

⁴ As primeiras experiências cooperativistas de que se tem registro no país remontam ao final do século XIX: em 1891, na cidade de Limeira/SP, foi criada a Associação Cooperativa dos Empregados, e, em 1894, a Cooperativa de Consumo de Camaragibe, em Pernambuco. Mas é apenas após a promulgação da lei de 1932 que o número de cooperativas cresce no país.

passaram a ser um fenômeno urbano vinculado à economia solidária. Do conservadorismo de que elas eram investidas no mundo rural, no início do século XX, elas passaram a se inserir em um discurso libertário e democratizante no mundo urbano da década de 1990.

O cooperativismo surgiu no Brasil como iniciativa da elite agrária. A pressão pela revitalização da agricultura resultou, em 1932, na promulgação da lei básica do cooperativismo, que identificava nas cooperativas um instrumento de reestruturação das atividades agrícolas do país. Essa lei não garantia, no entanto, o apoio do Estado à agricultura de subsistência familiar, e quem saiu ganhando com ela foram os grandes agricultores, voltados à cultura de exportação. É a partir desse cenário que Rios (1987) argumenta que o cooperativismo daquela época representava os interesses das elites políticas e agrárias e, conseqüentemente, era uma forma de controle social e político dessas elites com apoio do Estado. Era um cooperativismo do tipo conservador, portanto, que predominava no universo rural do país.

É imprescindível destacarmos também a relação do movimento cooperativista brasileiro com o movimento operário do início do século XX para melhor compreendermos o caráter do cooperativismo nesse período de nossa história. Não podemos nos esquecer que as correntes sindicais reformistas, denominadas “amarelos”, tinham os cooperativistas em seus quadros. Segundo Araújo (1998), o sindicalismo cooperativista liderado por Sarandy Raposo defendia uma prática sindical reformista com matiz corporativista. No ano de 1920, Raposo teria conquistado o apoio do governo federal para propagar suas ideias e organizar sindicatos e sociedades cooperativas. Esta conjuntura política favorável, somada ao apoio que recebeu do movimento sindical “amarelo”, o levou a fundar, em 1921, a Confederação Sindicalista Cooperativista Brasileira (CSCB).

O sindicalismo cooperativista, à época, identificava os sindicatos e as cooperativas como bases para a realização de uma aliança entre o capital e o trabalho. Eles acreditavam que por meio da negociação sindical e da estruturação de cooperativas, a sociedade se transformaria progressivamente dentro da ordem estabelecida, sem que para isso houvesse a necessidade da tomada de poder pelo proletariado ou qualquer outra iniciativa de cunho revolucionário. Os cooperativistas propunham “a incorporação da classe trabalhadora à sociedade e ao Estado, não por meio da participação política, mas das conquistas econômico-profissionais, como o reconhecimento dos direitos sociais e a participação na riqueza produzida pelo trabalho” (Araújo, 1998, p. 204).

O apoio encontrado nos anos 1920 se repete no início da década de 1930, no governo

provisório de Getúlio Vargas⁵, quando os sindicalistas cooperativistas voltam a divulgar e a promover as suas ideias. Seguindo a argumentação de Araújo (1998), a respeito do sindicalismo “amarelo” durante a Primeira República, chega-se à conclusão de que tal movimento reformista, apoiado na militância e nas massas trabalhadoras, foi central para o estabelecimento do corporativismo no país. Os cooperativistas, incluídos entre os “amarelos”, também contribuíram para o atrelamento da classe trabalhadora ao Estado, situação que marcou a história do sindicalismo brasileiro do século XX⁶.

A partir desse quadro geral sobre o cooperativismo, no início do século XX, é que podemos embasar a tese de suas origens conservadoras, defendida por Rios (1987). Mas essa situação não duraria para sempre. Apesar de a lei que regulamenta o cooperativismo ter sido feita em 1971, durante a ditadura militar, a modificação da conjuntura política e econômica do país, cristalizada na Constituição de 1988, resultou em um desvinculamento da prática cooperativista do Estado. O texto da lei passou a proibir a interferência estatal nas cooperativas e a reconhecer a autogestão (Silva *et al.*, 2003; Pinho, 2008).

O movimento cooperativista adquire uma nova tonalidade no Brasil após a reforma constitucional. Essa mudança encontrou seu ápice na década de 1990, quando o cooperativismo passou a se vincular aos princípios da economia solidária⁷ e a se afastar do cooperativismo e associativismo conservador predominantes no início do século XX (Icaza e Asseburg, 2004).

A revitalização das práticas cooperativas, no final dos anos de 1980, inscreveu-se num “movimento mais amplo de modernização das atividades e da ampliação da democracia, *ganhando* ressonância com as discussões sobre economia solidária/terceiro setor” (Silva *et al.*, 2003:79). Tal mudança de enfoque, que segundo os autores conteria uma perspectiva positiva, teve como pano de fundo o crescimento do desemprego estrutural, a flexibilização das relações de trabalho (estimulando práticas autogestionárias), e a ampliação das discussões sobre desenvolvimento local, economia social e terceiro setor.

⁵ O período de governo provisório de Getúlio Vargas ocorreu entre 1930 e 1934. Foi nessa época que teve início a regulamentação das leis trabalhistas no país, processo que resultou na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em 1943.

⁶ Apesar de o corporativismo não ter impedido a organização autônoma da classe trabalhadora e a construção de um sindicalismo de tipo combativo nos anos de 1970, ele engessa e limita as possibilidades de atuação e reivindicação dessa classe.

⁷ Para Singer (2002), as cooperativas vinculadas ao projeto de economia solidária devem obedecer aos princípios das cooperativas de Rochdale, quais sejam: 1) gestão democrática; 2) abertura a todos que quisessem integrá-la, desde que contribuam para a cota de capital mínima; 3) limitação da remuneração do capital a uma porcentagem fixa; 4) divisão equitativa dos excedentes; 5) vendas à vista; 6) produtos de qualidade; 7) promoção de uma educação cooperativista para os sócios; 8) neutralidade política e religiosa.

Além do aspecto político e ideológico, fundamentais para a modificação da proposta do movimento cooperativista, a crise econômica, que teve início na década de 1980, aliada à reestruturação produtiva, abriu espaço para o avanço da prática cooperativista em outros setores produtivos. O espaço urbano passa a ser ocupado por iniciativas deste tipo⁸ como maneira de enfrentar o desemprego que, no início da década de 1990, atingiu índices superiores a 10% (Boito Jr, 1999).

Foi nesta década que a política neoliberal passou a ser aplicada no país pelo governo Collor como saída da crise do Estado (Alves, 1996). A abertura econômica, a queda nas exportações, a diminuição dos gastos sociais e o início das privatizações foram os fatores principais que levaram à elevação no número de desempregados. Nos governos que se seguiram (Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso), a continuidade da política de privatizações e a desregulamentação do mercado de trabalho (flexibilização das leis trabalhistas) contribuíram não apenas para a permanência deste cenário como também para o crescimento da ocupação informal⁹.

As estatísticas desse período são esclarecedoras: “de 1991 a 1996, o percentual de trabalhadores informais passou de 40% para 47% no conjunto das seis regiões metropolitanas cobertas pela PME/IBGE¹⁰. De meados de 1996 até o final de 1997, o ritmo de crescimento do grau de informalidade diminuiu, ficando próximo de 48%. Como reflexo das agruras pelas quais passou a economia brasileira em 1998 e 1999, o funcionamento do mercado de trabalho mudou, o que fez com que o processo de informalização retomasse fôlego, de tal forma que, nos últimos meses de 1999, foi rompida a marca de 50%, chegando a 51% no início de 2000. A partir daí, e de forma até certo ponto surpreendente, houve uma ligeira queda, seguida de estabilização em torno de 50% durante todo o ano de 2001” (Ramos, 2002).

O número de trabalhadores informais se manteve em torno dos 50%, com leves oscilações nos últimos anos. Em 2005, a população informalmente ocupada, segundo a PME, era de 51,8%. Em 2006, esse número caiu para 50,4%¹¹. Neste ano [2008], a PME do IBGE

⁸ As cooperativas até então predominantes no meio urbano eram principalmente de consumo e de habitação.

⁹ Definido pelo IPEA como a soma do trabalho assalariado sem carteira assinada e trabalho por conta própria.

¹⁰ Lauro Ramos utiliza dados da Pesquisa Mensal do Emprego (PME) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A PME é uma pesquisa domiciliar mensal executada pelo IBGE em seis regiões metropolitanas brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Salvador; representando cerca de 25% da força de trabalho (RAMOS, 2002).

¹¹ Dados do Valor online, de 14/09/2007, em reportagem intitulada “Mercado ganhou mais trabalhadores formais em 2006, segundo levantamento do IBGE”, de Rafael Rosas.

anunciou dois recordes seguidos para os índices de ocupação formal no país: 51,6% em março e 51,5% em fevereiro¹².

A crescente reestruturação produtiva das empresas, com destaque para a terceirização, teve um viés perverso para os trabalhadores. Além do enxugamento dos postos de trabalho, a elevada terceirização e a desregulamentação das leis trabalhistas¹³ transformou as cooperativas em uma das alternativas de geração de renda buscadas. Atuando como terceirizadas, no entanto, as cooperativas tiveram um papel de destaque na precarização das relações de trabalho.

A conjuntura econômica e a modificação da situação política do país é que vão, juntas, permitir e explicar a mudança de “projeto” do cooperativismo. A emergência da economia solidária só pode ser pensada se nos remetermos à década de 1980, quando o movimento de democratização ganhou força apoiado nos movimentos sociais, nas suas discussões e bandeiras (Icaza e Asseburg, 2004; Silva *et al.*, 2003). É naquele momento que estoura a crise econômica no país e tem início o nosso ciclo de liberalização, coroado, nos anos de 1990, pela implementação das políticas neoliberais.

A aproximação do cooperativismo a um discurso transformador se deveu à conjuntura histórica de luta pela democratização e das discussões sobre sua forma e prática. Seu crescimento foi permitido por essa maior participação política, mas também pelas altas taxas de desemprego, pelas reformas neoliberais e pela terceirização como principal consequência da reestruturação produtiva em curso.

As políticas neoliberais também defendiam o enxugamento dos gastos do Estado com cortes na área social. Para Oliveira (2003), esse cenário provocou o crescimento do número de ações filantrópicas e assistenciais e incitou a construção de novos movimentos sociais. Não foi por acaso que a campanha “Cidadania contra a Fome e a Miséria” do Betinho¹⁴, lançada em 1993, assumiu como prioridade a geração de emprego e renda. A crise econômica e a formação de um novo espaço político possibilitaram que a própria sociedade civil buscasse

¹² Dados do Valor online, de 24/04/2008, em reportagem intitulada “Para IBGE, nível de formalidade no mercado de trabalho é o maior da série”, de Rafael Rosas.

¹³ A Lei nº 8.949/94, de 1994, é um dos elementos centrais para compreendermos o crescimento explosivo no número de cooperativas urbanas na década de 1990, no Brasil. Essa lei reconhece as cooperativas como um tipo de associação que não deve possuir vínculo empregatício entre os cooperados e os tomadores de serviço. Apesar de a lei reconhecer a autonomia da cooperativa, ela acaba por criar um mecanismo perverso de precarização do trabalho. Muitas das cooperativas que surgem na década de 1990, em território urbano, passam a funcionar como terceirizadas, como prestadoras de serviços para empresas.

¹⁴ Herbert José de Sousa, o Betinho, foi um sociólogo e militante brasileiro com formação política na JEC (Juventude Estudantil Católica) e JUC (Juventude Universitária Católica). Atuou principalmente entre os anos 1960 e 1990, defendendo as reformas de base e a democratização.

alternativas ao desemprego e à exclusão social: entre elas, a estruturação de empreendimentos econômicos solidários e a formação das ITCP's.

O início das ITCP's

A primeira ITCP surgiu em 1995 por iniciativa da Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe/UFRJ). A iniciativa da Coppe/UFRJ, de formar a ITCP, foi inspirada em uma experiência de cooperativismo realizada no complexo da Maré, conjunto de favelas do Rio de Janeiro, viabilizada pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). A Cooperativa de Manguinhos, como foi chamada, visava ser uma alternativa de geração de emprego e renda para a comunidade local.

A Fiocruz, um centro de pesquisa na área biomédica, tem um de seus principais campus localizado em Manguinhos, RJ, área que ficou conhecida como “faixa de Gaza”¹⁵. A instituição tomou a iniciativa de criar a cooperativa após a realização de uma pesquisa no conjunto das favelas da Maré que revelou que 80% dos chefes das famílias locais estavam desempregados. A universidade fez este levantamento de dados para descobrir qual era a origem social da violência que dominava o complexo de favelas e que, na época, resultava em balas perdidas atingindo a Fiocruz¹⁶. Com a conclusão de que o desemprego era a raiz do problema, criaram uma cooperativa prestadora de serviços que eles mesmos contrataram. Para formá-la, contaram com a ajuda da Universidade de Santa Maria (RS), que possuía experiência em cooperativismo e oferecia cursos voltados ao tema (Guimarães, 2000).

A experiência de cooperativismo na favela da Maré levou a equipe de Pós-Graduação em Engenharia da UFRJ a formar a primeira Incubadora Universitária do país. A iniciativa tomou forma com a assinatura de um convênio entre a Coppe/UFRJ, a Financiadora de Estudos e Projetos - Finep, o Banco do Brasil, a Fundação Banco do Brasil - FBB e o Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida – Coep.

Seguindo o caminho aberto pela Coppe/UFRJ, em 1997, foi criado o Programa Nacional de Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - PRONINC, tendo como

¹⁵ Ver, por exemplo, matéria d’“O Jornal da Ciência”, disponível em: <http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=18331><http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=18331>

¹⁶ A Fiocruz continuou sofrendo com este problema. O último incidente ocorreu em fevereiro deste ano (2008). (Veja em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u372279.shtml>), quando uma bala perdida feriu uma recepcionista da instituição. Em maio de 2004, o presidente da Fiocruz chamou um ato público para protestar contra a violência após a morte de dois vigilantes da instituição. (Veja em: <http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=18331>)

signatários a Finep, o Banco do Brasil, a FBB e o Coep. A partir deste programa, mais seis universidades passam a receber recursos para estruturarem ITCP's¹⁷ (Oliveira, 2003).

Em 1999, foi criada a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, que tinha como objetivo “desenvolver e disseminar conhecimentos sobre cooperativismo e autogestão, contribuindo para o desenvolvimento da economia solidária. Ela surge para integrar de forma dinâmica as incubadoras e favorecer a transferência de tecnologias e conhecimentos”¹⁸. Integram hoje a Rede de ITCP's 44 universidades, entre elas a Unicamp.

De uma forma geral, o trabalho de incubação realizado pelas ITCP's pode ser definido em algumas etapas: “recebimento da demanda, detecção de lideranças, formação do grupo, curso de cooperativismo, diagnóstico, definição da atividade econômica a ser desenvolvida, estudo de viabilidade econômica e plano de negócios, legalização e estruturação administrativa e processo de acompanhamento” (Kruppa e Sanchez, 2004, p. 49).

A disseminação de ITCP's pelo país, no entanto, permitiu que diferentes metodologias fossem desenvolvidas, havendo ampla diversidade nas práticas de incubação. A diferença depende dos objetivos e princípios observados por cada incubadora: pode-se tanto enfatizar a organização democrática e solidária do mundo do trabalho quanto priorizar a inserção dos cooperados no mercado formal de trabalho, com a consequente conquista de direitos sociais (Oliveira, 2003).

Esses dois pilares de ação não são necessariamente excludentes, mas levariam, segundo Kruppa e Sanchez (2004), a uma diferenciação na percepção dos problemas enfrentados durante o processo de incubação. As ITCP's que priorizam *a organização democrática e solidária do mundo do trabalho* se centrariam na formação, no processo de transformação cultural e na proposição de práticas anticapitalistas às cooperativas, enquanto que as que enfatizam *a inserção no mercado formal de trabalho aliado a conquista de direitos sociais* se centrariam na geração de renda, e suas atividades teriam como foco o assessoramento técnico e a construção de etapas de incubação, não se constituindo como uma prática preocupada com a transformação.

A formação dos grupos e sua preparação para o trabalho nas cooperativas também pode ser entendida de duas maneiras: como educação formal ou profissionalizante, ou como a construção de outra maneira de compreender o mundo (Kruppa e Sanchez, 2004).

¹⁷ As Universidades contempladas foram as federais do Rio de Janeiro, do Ceará, de Juiz de Fora e a Rural de Pernambuco, além da USP, e da Universidade do Estado da Bahia.

¹⁸ Fonte: http://www.itcp.coppe.ufrj.br/rede_itcp.php

Algumas incubadoras fariam da atividade de formação apenas uma etapa inicial, denominada pré-incubagem. Nessa etapa, haveria a realização de uma triagem e a escolha de grupos de cooperados ou futuros cooperados que internalizaram os princípios da autogestão e da democracia. Outra maneira de trabalhar com a formação seria a de não restringi-la a uma etapa inicial, mas ampliá-la para que ela se torne permanente e contínua. Entre as incubadoras que aplicam essa metodologia de formação há um entendimento de que tratar a formação apenas em uma etapa inicial exclui os grupos mais fragilizados, grupos esses que poderiam vir a incorporar os princípios cooperativistas com a prática do dia-a-dia.

A prática do assessoramento, segundo Kruppa e Sanchez (2004), é um reflexo dos modos de estruturação das incubadoras: ela se dá em grupos temáticos que cuidam dos diferentes momentos da incubagem ou em equipes que acompanham todo o processo. A primeira forma separa os incubadores em grupos temáticos e trabalha com a transferência de conhecimentos da universidade para a sociedade, estabelecendo uma relação de externalidade com o grupo trabalhado. A construção da interdisciplinaridade exigida pelo trabalho de incubação se realiza, neste modelo, nas reuniões internas da incubadora. A segunda forma trabalha com equipes de incubação que desenvolvem uma relação de corresponsabilidade com os grupos incubados e criam laços de intimidade com eles. Nesse caso, a construção da interdisciplinaridade se realiza no cotidiano do trabalho, já que as equipes são compostas por pessoas provindas de diversas áreas do conhecimento.

Da tensão organizacional que foi exposta, resultou uma dificuldade de as ITCP's escolherem entre o acompanhamento permanente dos grupos e a provisão de assessorias específicas a eles. Os autores concluem que a autogestão é incompatível com hierarquias organizativas, o que, muitas vezes, é justificado pela diferença de saber existente dentro da universidade. "O processo de incubagem parece exigir ainda uma radicalização da democracia, o que está longe ainda dos padrões culturais universitários e dos grupos" (Kruppa e Sanchez, 2004, p. 68).

A ITCP/Unicamp e a política de geração de trabalho e renda de Campinas

Em 9 de setembro de 2001, a Prefeitura Municipal de Campinas e a Unicamp assinaram um convênio que formalizou a criação da ITCP/Unicamp. O objetivo do então prefeito Antonio da Costa Santos, o Toninho (PT), era que a incubadora da universidade

assessorasse a criação de cooperativas na cidade, o que era parte do programa de geração de trabalho e renda de seu governo¹⁹. Programas semelhantes já tinham sido (e/ou estavam sendo) desenvolvidos por administrações do PT em cidades dos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Ceará.

De acordo com os termos do convênio, caberia à ITCP trabalhar com a formação dos grupos escolhidos pela Prefeitura. Vale lembrar que a Unicamp não foi a única instituição conveniada com a Prefeitura para exercer essa atividade. A Anteag e a Cáritas também faziam parte do projeto de fomento ao cooperativismo na cidade.

Um dia após a cerimônia de assinatura do convênio com a Unicamp, em 10 de setembro de 2001, o prefeito de Campinas foi assassinado. Assumiu a prefeitura a vice-prefeita Izalene Tiene (PT), que reestruturou a equipe de governo. Esse processo deu início a uma série de disputas internas que viriam a prejudicar o bom andamento do projeto inicial e a relação entre o poder público municipal e a incubadora da Unicamp. Antes de chegar a essa história, é preciso compreender o processo mais geral que resultou na ITCP, pois, apesar de ela ter sido criada oficialmente após a assinatura do convênio entre a universidade e a Prefeitura, Patrocínio (2004) aponta para a existência de um projeto anterior que pode ser visto como embrião da incubadora.

Em 2000, após uma greve que durou três meses na universidade, os funcionários terceirizados que aderiram à paralisação foram demitidos. Para resolver o problema, o então chefe da Coordenadoria de Relações Institucionais e Internacionais (Cori) sugeriu a formação de uma cooperativa para que os trabalhadores pudessem continuar a prestar o serviço de limpeza à universidade. Para a formação do grupo de 120 trabalhadores, foi contratada a ITCP da USP (Patrocínio, 2004). A partir da recuperação dessa história, podemos apontar que o interesse da universidade na formação de cooperativas era anterior à criação da incubadora e que a experiência com os terceirizados pode ter servido como fator de incentivo ao projeto de constituição da ITCP/Unicamp.

No segundo semestre de 2001, a Reitoria e a Prefeitura da Unicamp divulgaram a intenção de criar uma ITCP na universidade. Fizeram isso por meio de convites aos membros da universidade e de faixas espalhadas pelo campus²⁰. Em seguida, realizaram uma série de seminários para a discussão do projeto, mas a criação da incubadora só foi formalizada em 9

¹⁹ O convênio atribuía à Unicamp e à prefeitura obrigações diferentes: o município se ocuparia de pagar as bolsas dos monitores da incubadora e de fornecer a infraestrutura necessária para as cooperativas. A universidade deveria fornecer o transporte, o material de escritório e a sede para a ITCP.

²⁰ Informação obtida em entrevista com ex-monitória da ITCP.

de setembro, quando houve a assinatura oficial do convênio. A partir disso, tiveram início reuniões periódicas entre docentes, funcionários e alunos que haviam participado do primeiro seminário, com a finalidade de concretizar o projeto da ITCP. Nessas discussões, estavam presentes também membros da Prefeitura Municipal de Campinas que encaminhavam as suas demandas.

Foi nesse período que teve início o primeiro desentendimento entre prefeitura e Unicamp: por ter sido criada como um projeto de extensão universitária, os professores envolvidos no projeto acreditavam que sua função em relação à incubadora seria a de formar os monitores (estudantes da Unicamp) que iriam trabalhar com os grupos escolhidos pela prefeitura. Mas a prefeitura se valeu de um convênio que já possuía com a Anteag e delegou a ela essa tarefa. A justificativa dada era a de que havia uma demanda emergencial a ser cumprida, pois a prefeitura já havia convocado 500 trabalhadores para uma frente de trabalho emergencial e queria dar continuidade ao trabalho realizado com eles, formando grupos a partir desses trabalhadores e os organizando em cooperativas de reciclagem. Além disso, a prefeitura acreditava que a Anteag possuía a experiência necessária em cooperativismo para formar os monitores da ITCP, experiência que os professores não possuíam.

Mesmo com essa divergência, deu-se continuidade ao processo e, por meio da análise de currículos, foram selecionados 40 alunos da Universidade para participar do curso de formação da Anteag, em janeiro de 2002. Ao mesmo tempo, a prefeitura dava início aos pedidos para a formação de cooperativas pela ITCP por meio do Programa de Qualificação de Cooperativas Populares (PQCP), que tinha por objetivo capacitar oito grupos formados pela prefeitura para a formação de cooperativas. A ITCP ministrou para eles um curso de formação nos seis meses de vigência do programa.

Uma nova parceria teve início em janeiro de 2003 com outra nomeação: Projeto Campinas. Dessa vez, eram onze os grupos a serem trabalhados, e o projeto duraria 24 meses. O trabalho de incubação desses grupos se deu a partir da seguinte metodologia: cada grupo receberia o apoio de uma equipe formada por seis monitores (alunos-bolsistas), sendo que cada um desses seis monitores deveria participar de um Gepes (Grupos de Estudos e Pesquisas em Economia Solidária) diferente. Essa estrutura organizacional permitia que cada membro da equipe de incubação possuísse visões e funções diversificadas no campo de trabalho. Eram cinco os Gepes oficiais da incubadora na época em que o Projeto Campinas foi

desenvolvido²¹. Cada um era dirigido a uma área do conhecimento: planejamento econômico, produção e tecnologia, dinâmica das relações humanas, processos pedagógicos, e saúde e ambiente.

Cada um desses Gepes tinha, oficialmente, a orientação de um professor. Este, por sua vez, era membro do conselho orientador da incubadora, que era considerado o organismo decisório da ITCP e presidido pelo Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários. A função de tal conselho era a de realizar o planejamento e avaliar o funcionamento da incubadora, além de se relacionar com outras instituições, parceiros sociais e cooperativas incubadas²². Cada equipe de incubação elegeria um monitor para participar da coordenação de projetos e assessorias. Além disso, a incubadora contava com um conselho administrativo (eleito anualmente em assembleia e do qual faziam parte três membros da incubadora), e com um Conselho Ético Fiscal (também formado por três membros da incubadora).

O trabalho de incubação era realizado pelas equipes de monitores a partir de um diagnóstico do grupo a ser trabalhado: as principais necessidades do grupo eram identificadas e, a partir disso, para garantir a viabilidade da cooperativa, era realizada uma pesquisa de mercado para ver que tipo de produto teria maior aceitação. Realizava-se também um estudo de quais maquinários seriam mais adequados ao tipo de produção a ser empreendida, assim como aqueles que fossem mais adequados à saúde do trabalhador. A partir das demandas encontradas, os monitores montavam um plano de trabalho para orientar a incubação. Um curso de cooperativismo e autogestão também era oferecido para os grupos em incubação.

Durante o período de incubação, a ITCP também buscava trabalhar com a legislação cooperativa, ajudar na construção do regimento interno, do estatuto e das atas das assembleias, e possibilitar o conhecimento de leis, gestão e processos administrativos da cooperativa. O processo era acompanhado por um monitor do Gepes de processos pedagógicos, dado o alto índice de analfabetismo dos indivíduos pertencentes aos grupos e a necessidade de trabalhar uma metodologia educacional adequada a essa situação.

Dificuldades e Mudanças

²¹ Atualmente, são sete os GEPES da ITCP/Unicamp: produção e tecnologia, comunicação e artes, gênero, saúde, processos pedagógicos, planejamento econômico e dinâmica das relações humanas.

²² Fonte: http://www.itcp.unicamp.br/site/membros_cons_ori.htm

A estrutura inicial da incubadora e a forma como ela nasce acabaram por levá-la a disputas e debates internos. Os recursos materiais e a infraestrutura de trabalho decorrentes do convênio entre universidade e prefeitura se mostraram insuficientes. A seleção dos monitores por currículos não previu o seu envolvimento com o tipo de trabalho que viria a ser realizado, que tinha, como papel central, a formação autogestionária dos grupos.

A formação realizada pela Anteag também não teria dado conta dos problemas que os primeiros monitores encontraram no campo. Além disso, o fato de essa entidade ter ministrado o curso fez com que os professores envolvidos no projeto perdessem o incentivo inicial para o envolvimento no programa, já que, em seu entendimento, lhes foi retirada a função de formação que lhes caberia em um projeto de extensão universitária.

Por sua vez, a Unicamp demorou a cumprir o seu papel no convênio firmado com a prefeitura: a ITCP teve uma sede itinerante, sem telefones ou computadores, por pelo menos dois anos até conquistar um espaço definitivo e uma estrutura mais apropriada. A prefeitura também contribuiu para dificultar o trabalho dos monitores: houve por duas vezes corte de bolsas durante o convênio. O primeiro foi atribuído à mudança no quadro administrativo da prefeitura, em decorrência da morte do prefeito. Quanto ao segundo, as únicas explicações foram dadas pelos monitores, que o atribuíram ou a um descaso do poder público com esse projeto social, considerado por eles como emancipador, ou às disputas políticas internas da prefeitura.

Tais fatores levaram os monitores a realizar uma crítica ao modelo de incubadora na qual estavam inseridos e a iniciar um processo de modificação de algumas das metodologias ali presentes. Este movimento se deu a partir das necessidades e dificuldades que se apresentavam a eles no trabalho de campo com os cooperados e cooperadas.

A modificação na forma da realização do processo seletivo dos monitores talvez tenha sido o maior indicativo disso: a seleção da segunda turma de formação de monitores se deu por meio de entrevistas qualitativas. Buscava-se envolvimento político dos alunos com o projeto. O processo de seleção começou a ser realizado por uma comissão eleita em assembleia, na qual todos os monitores presentes tinham direito a voto. Foram os próprios alunos quem selecionaram e estruturaram a grade do curso de formação, e professores da Unicamp foram convidados para ministrar aulas referentes às suas áreas de conhecimento. Os Gepes e as equipes também funcionavam quase que dissociados da orientação de professores, e o projeto era tocado, basicamente, por estudantes.

O afastamento dos professores da orientação dos grupos de discussão (Gepes) chegou

a ser atribuído ao espírito autogestionário da incubadora, mas um dos docentes que participou desde o início das discussões para a formação da ITCP discorda:

Estavam [os monitores] bem mais preocupados com as questões práticas da incubação. Ficava meio distante do dia-a-dia deles, a correria, o tipo de problema que eles estavam enfrentando e o que a gente podia fazer num Gepes, que seria ouvir os problemas e tentar ver que tipo de literatura poderia informar a reflexão, uma reflexão mais teórica. Acho que para eles estava difícil conciliar. Era como se o Gepes fosse uma atividade a mais, para a qual eles iam ter que estudar para participar e discutir. E eles tinham que ir para o campo e frequentar suas aulas (Docente da área de humanas)²³.

O docente lamenta ainda a separação entre teoria e prática:

[...] tinha assim um material, com tipo de problemas concretos que se encaixavam tanto com as preocupações teóricas da área de humanas, que foi uma pena não ter dado certo esse vínculo, essa relação entre uma e outra (Docente da área de humanas).

O que podemos apontar, a partir desses dados, é que a integração, na estrutura da incubadora, dos grupos temáticos e das equipes de incubação ainda não teria conseguido resolver o problema levantado por Kruppa e Sanchez (2004), resultante da tensão organizacional que polariza uma e outra prática. A dificuldade das incubadoras decidirem entre o acompanhamento permanente das cooperativas e o trabalho de assessorias específicas não teria sido, ainda, inteiramente resolvido.

A tentativa da ITCP/Unicamp de trabalhar com essas duas demandas, na análise da prefeitura²⁴, não foi bem executada. Apenas a transferência de conhecimento técnico foi alcançada. No entanto, é difícil pensar que a assessoria específica foi fornecida de forma satisfatória sem que tenha havido um acompanhamento periódico das cooperativas atendidas. Se o trabalho de assessoria técnica deveria se dar a partir da demanda dos grupos incubados, provavelmente as dificuldades inerentes à formação e funcionamento das cooperativas colocavam questões prementes que, em muitos casos, precisavam ser equacionadas antes mesmo que demandas mais específicas pudessem ser direcionadas aos Gepes.

²³ Em entrevista realizada em março de 2005.

²⁴ Segundo o assessor da Secretaria de Desenvolvimento da Prefeitura Municipal de Campinas, em entrevista realizada em março de 2005, e o diretor do Departamento de Geração de Emprego e Renda, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, da Prefeitura Municipal de Campinas em outubro de 2004.

As Cooperativas

A partir de um levantamento feito pela prefeitura²⁵ com as 20 cooperativas populares²⁶ cuja incubação ela promoveu em seu Programa de Geração e Renda no período estudado²⁷, pudemos resgatar o perfil sócio-econômico desses trabalhadores. Em sua maioria, eles possuíam idade avançada para o ingresso no mercado de trabalho (49% têm entre 31 e 50 anos), eram, na maioria, mulheres (66%), pardos ou negros (55%), e possuíam um baixo nível de escolaridade (69% concluíram apenas o ensino fundamental e 11% nunca tinham frequentado uma escola). Eram também majoritariamente migrantes (78% deles não nasceram em Campinas) e, desses, 23% tinham vindo da região nordeste. Destaco ainda que 93% tiveram alguma experiência anterior de trabalho e que, entre esses, 83% trabalharam com registro em carteira²⁸.

Esses dados permitem perceber que o público-alvo da política de geração de trabalho e renda da prefeitura de Campinas era constituído por um conjunto de trabalhadores(as) na sua maioria desempregados, com dificuldades de reinserção no mercado de trabalho formal ou mesmo informal, mas que necessitavam de alguma forma de renda para assegurar sua sobrevivência e de seus familiares.

Todos os problemas já mencionados, seja no relacionamento da prefeitura e da Unicamp com a ITCP seja na estruturação da incubadora concomitante ao desenvolvimento da política da prefeitura, constituíram fatores relevantes para compreendermos porque, na avaliação de todos os envolvidos, apenas 3 das 11 cooperativas foram consideradas bem-sucedidas. São elas: a Cooperativa Barão, a Bonsucesso e a Tatuapé. As duas primeiras trabalhavam com triagem de lixo reciclável. A terceira reciclava materiais de construção.

Apesar do destaque dessas três cooperativas, foram flagrantes as condições precárias de trabalho que encontramos na pesquisa de campo. Na “Tatuapé”, por exemplo, encontramos uma mulher grávida de sete meses carregando peso (ela separava os materiais de construção de um dos muitos montes de entulho que havia na cooperativa), e os trabalhadores, expostos à poeira constante levantada pela descarga de material de construção por caminhões que

²⁵ Documento de circulação interna da Prefeitura Municipal de Campinas ao qual obtive acesso.

²⁶ Dessas 20, 11 foram incubadas pela ITCP; o restante, pela CRCA (Centro de Referência em Cooperativismo e Associativismo), da Cáritas.

²⁷ Gestão do PT (2001-2005).

²⁸ Dentre os que passaram por um emprego registrado, 23% disseram ter trabalhado no setor de limpeza.

recolhem entulho das caçambas da cidade, não usavam máscaras de proteção para evitar problemas respiratórios. Além disso, eram poucos os que trabalhavam com um material de proteção adequado (como luvas, botas e capacetes) porque os materiais fornecidos pela prefeitura já estavam deteriorados, e não havia previsão para o fornecimento de novos.

Na “Cooperativa Barão”, que realiza triagem de lixo reciclável, essa situação era um pouco melhor. Contudo, apesar de termos encontrado os(as) cooperados(as) trabalhando com materiais de proteção adequados e em um ambiente mais salubre do que na “Tatuapé”, ainda havia relatos de problemas relacionados ao trabalho. Uma das entrevistadas reclamou: “Aqui é meio puxadinho, viu? Eu estou com problema nos braços [porque] a gente fica muito em pé e mexe muito com os braços”²⁹.

Soubemos também que a prefeitura não cumpriu sua contraparte de ceder a eles a infraestrutura. O terreno oferecido pela prefeitura não tinha condições de uso porque se encontrava próximo a uma grande horta e havia risco de contaminação. A cooperativa se instalou, então, em outro terreno pago por ela mesma. Os cooperados tiveram isenção dos dois primeiros meses de aluguel por iniciativa da proprietária. Os cooperados e cooperadas que tinham algum dinheiro guardado ajudaram a comprar o material básico para que a cooperativa pudesse começar a funcionar com o mínimo de infraestrutura. A prefeitura contribuía com a entrega do material reciclável pelos caminhões da coleta seletiva. A cooperativa funcionou um ano neste terreno: vencido o contrato, mudaram-se para o atual endereço da cooperativa, que se localiza na periferia de Barão Geraldo, distrito de Campinas que abriga a Unicamp, em uma rua sem asfalto. O barracão, no entanto, ainda não era adequado: o material reciclável ficava exposto às intempéries e, quando chovia, a cooperativa perdia todo o material armazenado.

Na “Cooperativa Barão”, havia uma clara divisão sexual do trabalho, ainda baseada na visão tradicional do tipo de trabalho adequado ao homem e à mulher. Assim, as tarefas que demandavam maior força física eram executadas pelos homens e, o restante, pelas mulheres. A rotina de trabalho era de 12h diárias, com o intervalo de uma hora para o almoço³⁰.

Esses problemas relacionados à saúde no trabalho, à falta de infraestrutura e à jornada de trabalho não eram os únicos. Sem uma legislação cooperativista adequada que contemple o acesso desses trabalhadores aos direitos trabalhistas, eles sequer recolhiam a contribuição previdenciária. Além disso, a alta rotatividade dos cooperados e cooperadas e a baixa renda

²⁹ D.B, em entrevista realizada em agosto de 2005.

³⁰ É importante destacar que o tempo de trabalho era composto tanto pelas tarefas diárias da cooperativa quanto pelas reuniões, assembleias e discussões que permeavam o seu cotidiano.

obtida na cooperativa faziam com que os acordos de férias não fossem obedecidos. De acordo com o relato de um dos cooperados da “Tatuapé”, ele não conseguiu tirar suas férias porque, apesar de elas estarem garantidas pelo estatuto da cooperativa, a assembleia decidiu que quem não trabalhasse não ganharia remuneração. Sem dinheiro, ficava difícil parar para descansar.

Ainda sobre o acesso aos direitos trabalhistas, nos foi relatado o caso de uma mulher grávida discutido pela assembleia dos cooperados. Todos decidiram que ela não teria direito à licença-maternidade remunerada. O argumento usado foi o mesmo do caso do gozo de férias remuneradas: sem trabalho, sem remuneração.

As positivities do trabalho cooperado

Apesar dos problemas, os entrevistados apontaram aspectos positivos do seu trabalho nas cooperativas. Entre eles, ganha destaque o aprendizado: “Ah! É diferente porque é um serviço onde você aprende muita coisa. Aprende a conviver com a turma, o serviço que você nunca fez... Eu mesma nunca tinha ouvido falar de cooperativa. Eu gosto do serviço daqui, eu me sinto bem” (A.S.³¹).

Esse aspecto da convivência é destacado, em todas as falas, como a principal modificação que houve na vida desses trabalhadores depois da entrada na cooperativa. Podemos compreendê-la como resultado da participação nas reuniões e assembleias, pelo fato de decidirem coletivamente sobre os rumos da cooperativa, pela identidade entre a história de vida dos cooperados e cooperadas que os colocava em igualdade de condições. Isso permitia que eles se expressassem sem qualquer sentimento de inferioridade devido a diferenças de renda, de nível de escolaridade, ou racial.

A certeza de que ali todos estavam na mesma situação e de que eram iguais frente às decisões relativas ao trabalho é que gerava uma identidade entre essas pessoas e apagava o medo da realização do discurso incompetente³²: “Alguma coisa a gente aprende, né? Eu aprendi a falar mais com as pessoas porque [antes] eu só dava bom dia e nem olhava na cara das pessoas, porque eu achava que eles estavam rindo da minha cara” (A.S.³³).

³¹ Em entrevista realizada em agosto de 2005.

³² Lorena Holzamann (2000), em um estudo empírico sobre a formação de duas cooperativas a partir da falência da metalúrgica Wallig, em Porto Alegre (RS), percebe um refluxo na participação dos cooperados e atribuiu isso a dois fatores principais: ao medo encontrado entre os cooperados de realizar aquilo que ela denomina de ‘discurso incompetente’, dado que a pesquisadora relatou casos de deboche de membros com maior grau de instrução no momento do uso da fala de outros trabalhadores, e a alta rotatividade da mão-de-obra, decorrente da adesão do indivíduo à cooperativa por falta de opção no mercado de trabalho, e não por afinidades ideológicas.

³³ Idem nota 29.

Por meio desse recorte, pudemos compreender também a transformação da postura dos cooperados perante o convívio social e as relações de trabalho, e o olhar que possuem sobre todas as esferas que os envolvem. Enxergando-se como parte de um coletivo que possui interesses afins, mesmo que eles se resumam a conseguir sobreviver, o quadro de exclusão social no qual se encontravam regride, e a luta deles passa a ser pela melhoria nas suas condições de vida.

A análise do conjunto das entrevistas e das conversas informais permite dizer que esse elemento é o que fez esse grupo de cooperados recuperar a fala, a opinião e a crítica tanto nas reuniões e assembleias quanto no seu cotidiano. Para dar um exemplo, quando questionadas sobre o trabalho realizado na cooperativa pela incubadora, não houve hesitação em criticá-lo:

No começo, eu vou ser sincera: eu não gostava, não. Mas aí depois você vai conhecendo, pegando as manhas... Você acha até ruim. Eu falava assim: não precisa disso! Mas aí, depois, eu entendi que era bom [o trabalho da ITCP]. Mas se eu vejo uma coisa que eu não gosto eu falo logo: ó, esse curso eu não gostei não. Mas quando eu gosto, gostei (A. S.³⁴).

Sobre uma possível mudança na qualidade de vida dos entrevistados, o que fica muito claro em suas falas é a recuperação da autoestima pela geração de renda proporcionada pelo trabalho na cooperativa:

- Então a senhora acha que sua qualidade de vida melhorou?- Ah! Para mim melhorou, né? Porque eu estava com a conta de luz atrasada, tava todo mundo parado [familiares desempregados], faltava coisas em casa, aí eu fui pagando minhas continhas todas com o dinheirinho daqui e, pra mim, eu me sinto bem aqui dentro” (M.R.³⁵).

Ninguém citou o fato de trabalhar em uma cooperativa, um empreendimento autogestionário sem hierarquia de mando, como um aspecto positivo. Uma convergência em suas falas refere-se a um problema que a cooperativa enfrentava na época da pesquisa: a diminuição no preço do material vendido, que teria caído mais de 50% devido à

³⁴ Idem nota 29.

³⁵ Em entrevista realizada em setembro de 2005.

desvalorização do dólar³⁶. A satisfação de trabalhar na cooperativa se relacionava diretamente aos ganhos que este trabalho lhes oferecia em troca:

Ah! Aqui [o que] falta é nós vendermos bem, né? Porque no resto, pra mim, está tudo bem. Faz dois meses que ninguém consegue tirar um salário mínimo aqui. É isso que nós queremos que melhore, mas, do contrário, está tudo bem, o importante é a gente poder trabalhar (M.R.³⁷).

Ou ainda:

Eu estou satisfeita [com o trabalho na cooperativa]. Só estou triste porque a cooperativa está caindo, né? Este mês mesmo nós não temos nada, mas estamos enfrentando pra levantar ela de novo (D.B.³⁸).

Como se pode observar nos trechos destacados, há convergências entre as histórias de vida e a visão que os cooperados possuem sobre a cooperativa na qual trabalham. O que fica claro é que eles estão ali justamente pela falta de alternativas oferecidas pelo mercado de trabalho. Para eles, a cooperativa é, antes de qualquer outra coisa, uma estratégia de sobrevivência, e isto fica ainda mais claro quando nos dedicamos a compreender qual a função que eles atribuem ao trabalho realizado ali pela incubadora e quais as obrigações que a prefeitura teria na relação com eles.

Nos depoimentos desses trabalhadores, ficou claro que a cooperativa demandava da ITCP um auxílio-técnico, antes de mais nada. Esperavam que os monitores os ajudassem a otimizar a produção, a fazer a contabilidade, formular o regimento interno e o estatuto da cooperativa, indicar possíveis parceiros como compradores do seu material, ensinar como recuperar determinados materiais com o artesanato etc. As discussões, oficinas ou outras atividades propostas pelos monitores que não tinham esse fim não contemplavam os seus interesses. A memória positiva das atividades realizadas pela ITCP na Cooperativa aparecia em suas falas em referência aos momentos em que a incubadora teria introduzido cursos e oficinas de artesanato ou levado os médicos do posto de saúde da região à cooperativa para a realização de exames médicos, vacinação, prescrição e doação de remédios.

³⁶ O preço do quilo do plástico era medido em dólares.

³⁷ Idem nota 33.

³⁸ Idem nota 27.

A memória das discussões e de outras atividades que visavam realizar uma formação política desses cooperados e cooperadas é reduzida a uma desfuncionalidade de conversas sem fim:

Eles vinham e falava, falava, ficava falando muito, né? E não fazia muita coisa, mais falava, falava, falava e não fazia nada. Aí você vai falando todo dia, fala, fala, fala e não vê nada, aí você passa a não querer gostar, perde tempo (A.S.³⁹).

Com relação à prefeitura, havia uma insatisfação constante aliada a uma forte cobrança de melhorias. Inicialmente, o município havia se comprometido a realizar a coleta seletiva e a levar o material até a cooperativa. Depois de terem conseguido que a prefeitura pagasse o aluguel de um barracão, a insatisfação estava relacionada a duas questões: a diminuição do material que chegava à cooperativa (aliada à contaminação do mesmo por lixo orgânico, que resultava na eliminação de um material que poderia ser vendido pela cooperativa), e a cobrança de que o órgão público lhes pagasse um subsídio, já que separavam o material sujo do limpo e não ganhavam nada com isso (ao contrário, isso atrasava o trabalho). Essas exigências eram costuradas com um discurso em defesa do meio ambiente, outra responsabilidade que, para eles, seria do município e que estava sendo exercida pela cooperativa:

Só que eu acho que o incentivo público, ele tinha que ser mais intenso, porque nós estamos resolvendo um problema social e ambiental muito grande. É responsabilidade do município, e nós não temos as verbas suficientes, nós não temos isso, incentivo suficiente (R.N.⁴⁰).

Nas conversas informais realizadas durante a pesquisa de campo, pude observar que tanto o sentimento de igualdade quanto o espírito de solidariedade, que segundo Singer seriam resultados naturais do tipo de organização da economia solidária, derivavam, ali, de um sentimento de identidade e de uma estratégia de sobrevivência. A cooperação no trabalho realizado dentro das cooperativas era fruto da necessidade material de manterem a sua subsistência e a de seus familiares. Em não poucos casos, as famílias dependiam unicamente desta renda.

³⁹ Idem nota 29.

⁴⁰ Em entrevista realizada em julho de 2005.

No caso específico da “Cooperativa Barão”, por meio dos dados que obtive na minha pesquisa, o que fica explícito na luta dos homens e mulheres em manterem o seu funcionamento é a falta de uma outra alternativa.

- Você gosta de trabalhar aqui, não procura outro emprego?- Gosto... mas na minha idade é difícil em firma, não pegam mais, já estou com 55, é muito difícil conseguir alguma coisa. Já aqui, não [tem dificuldade para trabalhar], a gente entra e vai (D.B.⁴¹).

Conclusões

A aplicação da política pública de formação de cooperativas na cidade de Campinas (SP) foi marcada por diversos problemas. Eles se deram nos mais diversos âmbitos, demonstrando que houve um conjunto de fatores que impediram o sucesso do PQCP e do Projeto Campinas.

Cabe destacar que esta é a avaliação dos próprios atores envolvidos, nas três diferentes esferas: poder público, universidade e cooperados(as). A partir dessas avaliações e das informações obtidas na pesquisa de campo, podemos afirmar que as dificuldades na realização dessa política se devem principalmente a dois fatores: 1) a troca do corpo administrativo da Prefeitura em meio ao desenvolvimento do projeto; 2) a estruturação da ITCP concomitante à realização de seu trabalho nas cooperativas.

No primeiro caso, com a troca das pessoas envolvidas na elaboração do primeiro projeto, pode ter havido um reinício de discussões sobre cooperativismo, sua forma e as prioridades de grupos e atividades, o que acabou por interromper uma experiência que já se desenvolvia. A paralisação dos trabalhos da incubadora por seis meses, no final de 2002, parece se relacionar com uma nova elaboração do projeto anterior e com a busca de outras diretrizes.

No segundo caso, apesar do esforço da prefeitura e da Unicamp em realizar, da melhor maneira possível, a formação dos monitores da ITCP, ficou patente que o aprendizado teórico não substitui a prática. Tanto que, após passarem pela experiência da formação das cooperativas e entrarem em contato com os mais diversos tipos de problemas – inclusive os relacionados à discriminação de gênero -, os monitores iniciaram um processo de reconstrução da incubadora. Seja modificando o processo de seleção dos próximos monitores,

⁴¹ Idem nota 27.

priorizando os que tivessem experiência anterior na formação e educação de grupos populares, ou conhecimento sobre cooperativismo e economia solidária, seja assumindo o conteúdo dos cursos de formação e criando novos espaços para a discussão de problemas que iam aparecendo no dia-a-dia, como foi o caso do Gepes de Gênero.

A prática da autogestão e seus problemas foram sendo descobertos e vivenciados pelos membros da incubadora ao mesmo tempo em que eles tinham de ensiná-los aos grupos de cooperados. Essa dinâmica de troca de conhecimentos, típica de um projeto de extensão universitária, não atendia, no entanto, à demanda emergencial da prefeitura. Por esta razão, a avaliação feita pela prefeitura sobre o trabalho da ITCP era mais crítica e negativa do que a que foi feita sobre a atuação da CRCA (Centro de Referência em Cooperativismo e Associativismo), da Cáritas. Este já estava constituído e possuía uma experiência anterior de trabalho com grupos de cooperados.

A falta de infraestrutura também colaborou para a má avaliação da ITCP. A contrapartida da Unicamp no convênio com a prefeitura demorou a vingar, o que pode ter prejudicado o bom andamento das atividades da incubadora.

Estes fatores acabaram por se refletir no trabalho de incubação. As cooperativas em formação se sentiram por muitas vezes abandonadas, tanto pela prefeitura (por esta não conceder a infraestrutura adequada, como era parte do acordo) quanto pela ITCP (pela interrupção dos trabalhos quando do corte de suas bolsas). Os cooperados, assim como a prefeitura, esperavam resultados rápidos e um trabalho puramente técnico da ITCP. A impaciência com a falta de retorno imediato e com o aprendizado da autogestão aparece não apenas nas falas dos entrevistados, mas também na alta rotatividade dos membros das cooperativas.

O objetivo deste artigo foi o de realizar um registro para que não se perca a memória da experiência realizada e para que ela possa, de fato, contribuir para a elaboração de políticas públicas futuras. Acredito que à semelhança do processo de incubação realizado pela ITCP e da autogestão constitutiva das cooperativas, o desenvolvimento de políticas públicas também se constrói com o acúmulo de práticas. Fenômeno da crise do emprego formal, o incentivo ao cooperativismo por parte do poder público tem constituído uma tentativa de amenizar os desdobramentos desse quadro.

A isso cabe a crítica e a reflexão. A política de geração de trabalho e renda da Prefeitura Municipal de Campinas parece ter se caracterizado, no período estudado, apenas como um projeto de ajuda social, como um subsídio àqueles que não conseguiam se inserir no

mercado de trabalho. Assim, ela pode ser identificada como uma política de inserção, mas não de integração, como a define Castel (1998), obedecendo à lógica da discriminação positiva e direcionando-se para um espaço social em função do déficit sofrido pelos que o habitam: “As políticas públicas de inserção social podem ser compreendidas como um conjunto de empreendimentos de reequilíbrio para recuperar a distância em relação a uma completa integração, um quadro de vida decente, uma escolaridade ‘normal’, um emprego estável etc.” (CASTEL, 1998, p. 538).

Cabe ponderar que Castel se baseia em um modelo de sociedade salarial que não se constituiu plenamente no Brasil, e que nossa situação atual marca com a precariedade e a informalidade a maioria dos que tem um trabalho remunerado. Como resolver esse problema é tarefa árdua. E tarefa que não se resolve apenas com a inserção de mais trabalhadores em relações de trabalho que estão à margem do acesso aos direitos trabalhistas.

Referências

- ALVES, G. 1996. Nova ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectivas do trabalho - o Brasil nos anos noventa. In: F.J.S. TEIXEIRA (org.), *Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva: As novas determinações do mundo do trabalho*. São Paulo, Cortez, p. 109-161.
- ARAÚJO, A.M.C. 1998. *A Construção do Consentimento: corporativismo e trabalhadores no Brasil dos anos 30*. São Paulo, Edições Sociais, 384 p.
- BOITO JR., A. 1999. *Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil*. São Paulo, Xamã Editora, 247 p.
- CASTEL, R. 1998. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, Editora Vozes, 611 p.
- GUIMARÃES, G. 2000. Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: Contribuição para um modelo alternativo de geração de trabalho e renda. In: P. SINGER; A.R. de SOUZA. *Economia Solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo, Contexto, p. 111-122.
- HOLZMANN, L. 2000. Gestão cooperativa: limites e obstáculos à participação democrática. In: P. SINGER; A.R. de SOUZA. *A Economia Solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo, Contexto, p. 49-62.
- ICAZA, A.M.S.; ASSEBURG, H.B. 2004. Autogestão e viabilidade em cooperativas de calçado no Rio Grande do Sul. In: L.I. GAIGER (org.), *Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, p. 55-89.

- KRUPPA, S.M.P.; SANCHEZ, F.J.B. 2004. Metodologias de Incubagem – uma tentativa de problematização. In: *Escola Internacional de Verão. Economia solidária no Brasil e na Alemanha*. Imshausen, Bebra, 50 p. Disponível em http://www.uni-kassel.de/fb5/soziologie/sel/sommerschule/www.sommerschule.data/PDFs/reader_pport.pdf, acesso em: 6/1/2005.
- OLIVEIRA, L.J.R. 2003. *Incubadoras Universitárias de empresas e de cooperativas: contrastes e desafios*. Campinas, SP. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, 104 p.
- PATROCÍNIO, W.P. 2004. *Cooperativas Populares: representações sociais, trabalho e envelhecimento*. Campinas, SP. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, 112 p.
- PINHO, D.B. 2008. *As cooperativas no desenvolvimento do Brasil: passado, presente e futuro – tentativa de síntese*. São Paulo, ESETEC, 96 p.
- RAMOS, L. 2002. A evolução da informalidade no Brasil metropolitano: 1991-2001. In: *Mercado de Trabalho: conjuntura e análise*. Brasília-DF, IPEA, p.51-56.
- RIOS, G.S.L. 1987. *O que é Cooperativismo?* São Paulo, Editora brasiliense, 69p.
- SILVA, E.S.; SALOMÃO, I.L.; MCINTYRE, J.P.; GUERREIRO, J.; SILVA PIRES, M.L.L. e; ALBUQUERQUE, P.P.; BERGONSI, S.S.S.; VAZ, S. Da C. 2003. Panorama do Cooperativismo Brasileiro: História, Cenários e Tendências. *Revista Unircoop: Diagnóstico do Cooperativismo nas Américas*, 1(2):76-102. Disponível em: <http://www.unircoop.org/documents/coop/Brasil.pdf>, acesso em: 13/09/2004.
- SINGER, P. 2002. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 127 p